

A ACÇÃO SOCIAL E OS LIMITES DO INTERESSE

João de Pina Cabral *

em colaboração com Joan Bestard **

O texto que se segue é constituído por umas breves notas teóricas que resultaram de longas e fascinantes discussões com Joan Bestard quando preparávamos conjuntamente uma sessão plenária com este título, para a IV Conferência da Associação Europeia de Antropólogos Sociais (Barcelona, Julho 1996). Os colegas que aceitaram o nosso repto teórico – cada um desenvolvendo-o à sua forma – foram Rita Astuti, Nélia Dias, Josep Llobera e Anthony Cohen. Se entrego aqui estas breves notas para publicação é porque fui encorajado a fazê-lo por vários colegas, que as consideram úteis.

A temática geral da conferência no âmbito da qual se inseria a nossa sessão era "Economia e Cultura". Tendo em vista esta linha geral, decidimos optar por discutir o conceito de *interesse*. Fizemo-lo porque temos a viva convicção de que urge ultrapassar uma certa tendência característica da nossa disciplina para fugir para objectos transcendentais, evitando as questões mais complexas ligadas à acção e à interacção. Ao apontar para os *limites do interesse* como ponto de partida, queríamos encorajar os nossos colegas a pensar sobre a *dimensão motivacional da vida social*, pela qual ambos temos vindo a interessar-nos crescentemente nos últimos tempos.

Quando começamos a procurar na literatura antropológica pistas para discutir a temática, logo descobrimos quão pouco os nossos egrégios antepassados se interessaram pelo conceito. Tornou-se patente que, entre os pensadores que mais marcaram a teoria antropológica, havia quase um evitamento sistemático da problemática do interesse. Senão vejamos o tom adoptado, por exemplo, por Mauss no *Ensaio sobre o Dom*:

A própria palavra interesse é recente, de origem contabilística: "interest", latim, escrevia-se nos livros de contas, em frente às rendas a receber. Nas morais antigas mais epicurianas, o que se procura é o bem e o prazer, não a material utilidade. Foi necessária a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que as noções de proveito e de indivíduo fossem postas em funcio-

* Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa).

** Universidade de Barcelona.

namento e elevadas à altura de princípios. Quase que se torna possível dar uma data – na sequência de Mandeville (*Fable des Abeilles*) – ao triunfo da noção de interesse individual. Só muito dificilmente, e ainda de forma perifrástica, é que se pode traduzir estas últimas palavras em latim, grego ou árabe” (1950: 271).

Esta identificação do interesse com o interesse material e individual parece perseguir a história do conceito. Weber, por exemplo, define o interesse no campo da acção económica, como sendo uma “preocupação com a satisfação de um desejo por objectos de valor (*utilities*).” (1978, I: 63) Meio século depois, no seu famoso ensaio *Ideology as a Cultural System*, Geertz continua influenciado por esta tradição quando ataca o que ele chama os “teóricos do interesse” (*interest theorists*). Está ele a referir-se a uma série de pensadores sociológicos de inspiração marxista, que acusa de situarem os pronunciamentos ideológicos contra o pano de fundo de uma luta universal pela obtenção de vantagens (1973: 201).

Ao reduzirem o âmbito do conceito de interesse ao interesse material, os pais da antropologia acabaram por tornar o conceito praticamente irrelevante para a nossa disciplina, tendo em vista a preocupação que esta última sempre teve com a identidade e a cognição. Havia, porém, um interesse teórico implícito nesta opção; pois, evitando abordar explicitamente a dimensão motivacional da acção social, facilitava-se a tarefa da reificação dos objectos culturais. Bourdieu aproxima-se deste argumento na sua discussão sobre os conceitos kabila do tempo:

Ao excluir tacitamente toda a referência ao interesse prático que um agente socialmente caracterizado (...) possa ter na divisão do ano de tal ou tal forma, e na utilização de tal ou tal guia temporal, estamos desprevenidamente a construir um objecto que só existe por virtude dessa mesma construção inconsciente tanto dele próprio como da sua operação (1977: 106).

Parece-nos preocupante que ainda hoje a maioria das discussões antropológicas simplesmente descure o facto de todo o conhecimento e toda a acção terem implícito em si mesmos um investimento por parte do agente ou agentes envolvidos. Somos, assim, levados a reiterar a noção habermasiana de que o interesse é tudo o que liga o agente, tanto ao mundo como aos outros agentes sociais. Nas suas próprias palavras:

O interesse em geral é a satisfação que associamos à ideia da existência de um objecto ou uma acção. O interesse visa a acção porque expressa uma relação entre o objecto do interesse e a nossa faculdade de desejar. De facto, o interesse ou pressupõe ou produz uma necessidade (Habermas 1979: 232).

Esta linha de argumentação surge como uma alternativa bem mais interessante à simples negação do valor teórico do termo, na linha de Mauss ou Geertz. Desta forma, torna-se possível ultrapassar as estafadas dicotomias entre interesse individual ou colectivo; interesse material ou imaterial; interesse particular ou universal; interesse local ou global.

Em particular, parece-nos importante recusar a concepção de interesse que o vê como uma disposição cognitiva de indivíduos particulares. Queremos distanciar-nos das correntes neo-individualistas que hoje fascinam tantos dos nossos colegas (por exemplo, Cohen e Rapport 1995), que concebem os *selves* (egos) individuais como os blocos elementares e irreductíveis da vida social. Para nós, pelo contrário, as pessoas são um nível de identidade social entre outros e a consciência pessoal não pode de forma alguma ser considerada como o contentor único de toda a cognição.

Mais uma vez somos inspirados por Bourdieu que, no seu tratamento do conceito de *habitus* (1980), nega a relevância da oposição entre interesses conscientes e inconscientes. Se o interesse for visto como o engajamento de cada um de nós no mundo e nos agentes sociais que nos rodeiam (sejam eles pessoas ou entidades suprapessoais), então o interesse é algo de complexo, multifacetado e em constante evolução. Quando é que uma coisa é “consciente”? Até que ponto é que as palavras que tenho para dizer algo são correspondentes exactos do que eu sinto ou sei sobre essas coisas? Quantas vezes me ocorre descobrir que, no passado, estava vagamente consciente de aspectos que só mais tarde vim a formular, por assim dizer, “conscientemente”?

O que está em causa aqui é essencialmente que, ao aceitarmos reduzir a noção de interesse aos limites da consciência, estamos a deixar escapar a sua relevância central: isto é, o facto de que toda a acção envolve motivações e que estas são construídas através de processos de intersubjectividade e, mais ainda, que estes processos de intersubjectividade envolvem dinâmicas de dominação. Para nós, portanto, a centralidade da noção de interesse jaz no facto de ela nos permitir compreender a acção social como uma constante negociação do futuro e do passado.

O elemento central de mediação neste processo é a identidade (pessoal ou suprapessoal). Isto é, se tomarmos em conta o factor tempo¹, o engajamento dos agentes sociais com o mundo e com os outros agentes sociais afecta dialecticamente os próprios processos de produção e reprodução dos agentes sociais – a identidade.

Continuando nesta linha de argumentação, é fácil compreender que a nossa insatisfação com a redução do conceito de interesse realizada

¹ E não estamos aqui necessariamente a pensar só num tempo linear. Ver Pina Cabral (1989: 265-289) e Leach (1961).

pelos antepassados antropológicos esteja associada ao que Gilberto Velho chama "o potencial de metamorfose" das pessoas (Velho e Kushnir 1996). Trata-se de compreender que os agentes sociais são passíveis de se alterar consoante as condições que encontrarem – mais ainda, este potencial de automutação não pode ser concebido como unidireccional, pois todas as identificações autodefinicionais são passíveis de reversão, desvio, bifurcação ou redução. Urge insistir sobre este aspecto, já que ele implica que os agentes sociais – sejam eles entidades pessoais ou suprapessoais – podem mudar-se no decorrer do tempo e, por conseguinte, alterar os seus interesses.

Em suma, para efeitos da prossecução da tarefa etnográfica, o conceito de interesse só pode ser útil de for visto como limitado – de outra forma não faz sentido. Quando falamos nos *limites do interesse* queremos dizer que todo o interesse é inescapavelmente dependente de formas de identidade historicamente formuladas. Mas, como todas as identidades são cruzadas por outras identidades, limitadas por elas, construídas sobre elas e por meio delas – *nenhuma identidade é absoluta*. Logo, *nenhum interesse é ilimitado*. O conceito só pode ser útil à etnografia se o operacionalizarmos desta forma: isto é, se relacionarmos sempre interesse e identidade e se virmos o interesse sempre como um campo de limitações em constante alteração.

Em "A 'Minha' Casa em Paço", seguindo a forma como um camponês e a sua família optaram por gerir a sua propriedade imobiliária, eu próprio fiz um exercício etnográfico que, não prevendo ainda as presentes formulações, tenta dar corpo a esta questão complexa da interrelação entre sobreposição de identidades e limites de interesses (1991).

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre, 1977, *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____, 1980, *Le Sens Pratique*, Paris, Éditions de Minuit.
- COHEN, Anthony, e Nigel RAPPART, 1995, "Introduction: Consciousness in anthropology", COHEN, Anthony, e Nigel RAPPART (eds.), *Questions of Consciousness*, Londres, Routledge.
- GEERTZ, Clifford, 1973, *The Interpretation of Culture, selected essays*, Nova Iorque, Basic Books.
- HABERMAS, Jurgen, 1979, *Connaissance et Interêt*, Paris, Gallimard.
- LEACH, Edmund, 1961, "Two Essays Concerning the Symbolic Representation of Time", *Rethinking Anthropology*, Londres, Athlone Press.
- MAUSS, Marcel, 1950, "Essai sur le Don", *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.
- PINA CABRAL, João de, 1989, "Epílogo", *Filhos de Adão, Filhas de Eva*, Lisboa, Dom Quixote.
- _____, 1991, "A 'Minha' Casa em Paço", O'NEILL, B.J. e J. Pais de BRITO (eds.), *Lugares de Aqui*, Lisboa, Dom Quixote.
- WEBER, Max, 1978, *Economy and Society*, 2 vols., Berkeley, University of California Press.
- VELHO, Gilberto, e Karina KUSCHNIR, 1996, "Mediação e Metamorfose", *Mana*, 2(1), 97-108.